

DANIEL CARVALHO CARDINALI

Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Advogado

# A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS LGBT NO STF

LIMITES, POSSIBILIDADES E CONSEQUÊNCIAS



Belo Horizonte  
2018

**CONSELHO EDITORIAL**

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clémerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luis de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaina Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2018.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho

**Produção Editorial e Capa:** Danilo Jorge da Silva

**Revisão:** Responsabilidade do Autor

342.087 Cardinali, Daniel Carvalho  
C267j A judicialização dos direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e  
2018 consequências / Daniel Carvalho Cordinali. Belo Horizonte: Arraes  
Editores, 2018.  
242 p.

ISBN: 978-85-8238-326-1

ISBN: 978-85-8238-327-8 (E-book)

1. Direito das pessoas. 2. Direito constitucional. 3. Direitos individuais. 4. Direitos LGBT.  
5. Movimento LGBT – Brasil. 6. União homoafetiva. 7. Adoção homoafetiva. I. Título.

CDD(23.ed.)–342.087

CDDir – 342.1156

Elaborada por: Fátima Falci  
CRB/6-700

**MATRIZ**

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion  
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000  
Tel: (31) 3031-2330

**FILIAL**

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé  
São Paulo/SP - CEP 01006-000  
Tel: (11) 3105-6370

[www.arraeseditores.com.br](http://www.arraeseditores.com.br)

[arraes@arraeseditores.com.br](mailto:arraes@arraeseditores.com.br)

Belo Horizonte  
2018

112 1267

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	X
APRESENTAÇÃO .....	XIII
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1	
CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO.....	11
1.1. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO..	15
1.1.1. Primeira Onda: Contracultura e construções identitárias na “abertura lenta e gradual” .....	16
1.1.2. Segunda Onda: A epidemia da AIDS e a Constituinte .....	21
1.1.3. Terceira Onda: Institucionalização e alianças com o Estado e perspectivas atuais .....	25
1.2. DEMANDAS ATUAIS DO MOVIMENTO LGBT: A CONSTRUÇÃO DE UMA GRAMÁTICA DE DIREITOS .....	32
1.2.1. Casamento igualitário .....	39
1.2.2. Criminalização da homofobia .....	41
1.2.3. Demandas de pessoas trans.....	44
CAPÍTULO 2	
A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS LGBT NO DIREITO COMPARADO.....	48
2.1. ESTADOS UNIDOS .....	51
2.2. COLÔMBIA .....	69
2.3. ARGENTINA .....	78
CAPÍTULO 3	
ACESSO AO STF .....	85
3.1. ACESSO AO CONTROLE ABSTRATO.....	89

3.2. ACESSO AO CONTROLE CONCRETO.....	97
3.3. INFLUENCIANDO INTERPRETAÇÕES CONSTITUCIONAIS: <i>AMICUS CURIAE</i> E AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	105
CAPÍTULO 4	
POSSIBILIDADES E LIMITES DA FUNÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA: UMA ANÁLISE DOS CASOS ENVOLVENDO DIREITOS LGBT NO STF ..	113
4.1. UNIÃO HOMOAFETIVA (ADPF Nº 132 E ADI Nº 4277).....	124
4.1.1. Adoção Homoafetiva (RE nº 846.102) .....	144
4.1.2. Casamento Homoafetivo (Resolução nº 175/2013 do CNJ).....	149
4.2. PEDERASTIA (ADPF Nº 291) .....	150
4.3. AÇÕES SOBRE DIREITOS DE PESSOAS TRANS (RE Nº 845.779, RE Nº 670.422 E ADI Nº 4275) .....	154
4.4. DOAÇÃO DE SANGUE (ADI Nº 5543) .....	159
4.5. CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA (MI Nº 4733 E ADO Nº 26)	164
CAPÍTULO 5	
CONSEQUÊNCIAS DA JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS LGBT.....	171
5.1. EFEITOS DA JUDICIALIZAÇÃO JUNTO AO STF PARA O DEBATE PÚBLICO .....	172
5.2. BACKLASH E CONTRAMOVIMENTO: DISPUTANDO SIGNIFICADOS CONSTITUCIONAIS .....	180
5.2.1. A reação no Congresso Nacional e a Frente Parlamentar Evangélica ..	187
5.2.2. Principais projetos reativos à judicialização dos Direitos LGBT....	197
CONCLUSÃO .....	207
REFERÊNCIAS .....	216